

## **AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Liana Bastos Bezerra  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
lianabastosb@gmail.com

Andréia Ferreira da Silva  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
silvaandreia@uol.com.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente texto tem por objetivo refletir como a pandemia de Covid-19, em curso no Brasil desde março de 2020, tem acelerado processos de privatização do setor educacional no país, tendo em vista a celebração de contratos e convênios com empresas privadas que visam implantar propostas de “ensino remoto”. O trabalho resulta de revisão bibliográfica sobre o tema da privatização da educação pública no país, bem como sobre o avanço desse processo durante a pandemia de Covid-19.

O trabalho está organizado em quatro momentos. No primeiro, a presente introdução, é feita a apresentação geral do texto. No segundo, são apresentadas considerações acerca dos processos e dimensões da privação da educação no país. No terceiro momento, é discutida a forma como esse processo vem se intensificando na pandemia. Por último, as considerações finais.

### **PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Assim como em outros campos de direitos sociais, os ideais neoliberais de privatização avançaram sobre a educação pública brasileira, desde a década de 1990. Nesse contexto, de acordo com Freitas (2018, p. 29), a escola passa a ser vista como uma empresa e “os processos educativos têm que ser ‘padronizados’ e submetidos a ‘controle’”, em busca de uma qualidade que se alega existir apenas na iniciativa privada.

Adrião (2018) identifica três dimensões da privatização na educação no país: da oferta educacional, da gestão educacional e escolar e do currículo. A autora afirma que a privatização da oferta ocorre de três formas: 1) financiamento público

de organizações privadas; 2) oferta educacional por escolas privadas com fins lucrativos; 3) incentivos à escolha parental, por meio de política de *vouchers* e *homeschooling*.

Quanto à privatização da gestão, para a autora, há duas modalidades: a privatização da gestão escolar e a privatização da gestão educacional. A primeira corresponde à atuação do setor privado sobre unidades escolares específicas e a segunda diz respeito à atuação do setor privado na definição da política educacional.

A privatização do currículo se dá pela aquisição, pelo poder público, de novos “desenhos curriculares” ou pela aquisição de tecnologias educacionais desenvolvidas pelo setor privado e, ainda, pela aquisição de sistemas privados de ensino.

Segundo Adrião (2018), o processo de privatização da educação no país vem sendo viabilizado pela implantação de mudanças no marco regulatório após a Constituição de 1988, como a aprovação da emenda constitucional nº 19/1998.

Pelo exposto, os processos de privatização da educação escolar não são recentes no país, no entanto, com a emergência da pandemia de Covid-19 e a adoção do ensino remoto, visando a redução da disseminação do vírus SARS-Cov-2, tem-se observado o aprofundamento dessa tendência, com o fortalecimento de alguns nichos do mercado.

## **A PANDEMIA DE COVID-19 E A EXPANSÃO DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

No Brasil, com a eclosão da pandemia, segundo Nepomuceno e Algebaile (2021), representantes de segmentos privados, como o movimento Todos pela Educação, passaram a se reunir com órgãos governamentais, como o Conselho Nacional de Educação (CNE),

[...] protagonizando a sistematização de uma série de discussões e documentos não só para fomentar o ensino remoto como única saída inicial para a crise pandêmica na educação, mas também para reforçar a articulação dessa proposta com a difusão de concepções e interpretações que favorecem visivelmente a ideologia e a pedagogia de mercado. (p. 206).

Nessa perspectiva, o CNE aprovou dois pareceres com orientações relativas ao ensino remoto e à reorganização do calendário escolar: o parecer CNE nº 5/2020 e o parecer CNE nº 11/2020. Com o posicionamento do CNE, diversos sistemas e

redes de ensino adotaram o ensino remoto ou o ensino híbrido, com o uso de ferramentas de tecnologia de informação e da comunicação.

Durante a pandemia, segundo Fiera, Evangelista e Flores (2020, p. 24), várias “empresas do ‘ramo educacional’, nacionais e estrangeiras, aproveitam essa ‘janela de oportunidades’ [e] potencializam a venda de seus produtos.” Assim, o ensino remoto foi avançando na educação básica, com a expansão do comércio de plataformas, *softwares* e outras “soluções” tecnológicas, mesmo sem a garantia de condições adequadas de acesso para professores e estudantes, contribuindo para a intensificação do processo de privatização da educação pública. Entre essas empresas, destaca-se o Google. De acordo com Adrião e Domiciano (2020), o Google é a empresa que mais expandiu sua atuação na rede pública brasileira no período de 2018 a 2020, passando a atuar de 8 para 20 estados, um crescimento de 150%.

A Fundação Lemann também se destacou na disseminação de “soluções” tecnológicas educacionais, sobretudo na pandemia, com iniciativas sistematizadas no Compromisso #PeloFuturoAgora. Desse modo, ampliou sua área de atuação no setor público, por meio de ferramentas direcionadas às redes públicas, como o portal “Aprendendo Sempre” e o “AprendiZap (PEREIRA *et al*, 2020). Sua atuação no município de Belo Horizonte é emblemática, oferecendo gratuitamente a plataforma Khan Academy para a rede de ensino, porém, em contrapartida, foi realizada a venda de serviços de suporte e formação para a prefeitura (SIND-REDE/BH, 2021).

Com a ampliação da atuação de empresas e de institutos e fundações na oferta de “produtos” tecnológicos para a viabilização do ensino remoto ou ensino híbrido, no período pandêmico, observa-se um crescente distanciamento dos professores das decisões curriculares e pedagógicas relativas aos processos de ensinar e aprender que ocorrem nas escolas, atividades essenciais ao ofício docente.

Observa-se, também, que a despeito da aquisição de sistemas e plataformas *on-line*, por redes estaduais e municipais de ensino, o acesso a esses recursos não foi assegurado a todos os alunos e professores para a viabilização do ensino remoto. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, na rede pública de ensino, só 83,7% dos estudantes utilizaram a *internet* no ano de 2019, ou seja, antes mesmo da pandemia, 16,3% dos estudantes da rede não tinham acesso à internet (IBGE, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de privatização da educação brasileira está em curso desde a década de 1990, entretanto, a partir de março de 2020, com a adoção de medidas de distanciamento social, ocorreram processos de expansão dos negócios educacionais relativos aos serviços e produtos digitais e de informática, necessários para a implantação do ensino remoto. No entanto, contraditoriamente, várias redes de ensino adotaram, simultaneamente ou exclusivamente, a distribuição de atividades impressas para os estudantes, em decorrência das dificuldades do acesso aos equipamentos e à internet pelas populações mais pobres.

Nesse contexto, são essenciais a vigilância e a realização de investigações sobre os processos de privatização da educação, com a diversificação de empresas e de produtos digitais a serviço da ampliação do lucro privado, na maioria das vezes sem considerar as necessidades das escolas, de seus estudantes e profissionais e as finalidades formativas mais amplas da educação.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, jan. /abr., p. 8-28, 2018.
- ADRIÃO, T; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez. 2020.
- FIERA, L.; EVANGELISTA, O.; FLORES, R. Chantagem como estratégia para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis”. In: SOARES, S. B. V. *et al* (org.). **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. [s.:l.]: Editora Terra Sem Amos, 2020. p. 21-28.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Informativo acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019. Rio de Janeiro, 2021.
- NEPOMUCENO, V. L; ALGEBAILLE, E. Educação básica no Brasil, trabalho docente e pandemia: o que esperar do futuro? **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 193-212, jan./jun. 2021.

PEREIRA, Jennifer. *et al.* Pelo futuro agora: de frente para a tragédia na escola pública. **Plataforma Contrapoder**, 30 abr. 2020.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EDUC REDE PUBL MUNICIPAL DE BH (SIND-REDE/BH). **PBH amplia a privatização na educação transferindo dinheiro público para a iniciativa privada**. Belo Horizonte, 25 mar. 2021.